

O NOVO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E A FORMAÇÃO SINDICAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES *

Paulo Sergio Tumolo **

As mudanças que ora se processam no mundo do trabalho, sendo expressão aparente do novo padrão de acumulação de capital, têm causado profundos impactos sobre o movimento sindical e, mais especificamente, sobre a formação sindical que, a bem da verdade, ainda não são de todo conhecidos. Com o propósito de contribuir para a discussão de tão importante tema, apresento neste texto uma discussão a respeito das questões colocadas por este novo padrão de produção capitalista à formação sindical desenvolvida pela Central Única dos Trabalhadores – CUT. Para realizar tal intento, procuro analisar, primeiramente, tanto as transformações que ocorrem no mundo do trabalho decorrentes desse novo padrão de acumulação, quanto os impactos destas mudanças no sindicalismo no mundo e no Brasil e, particularmente, seus desdobramentos na trajetória política da CUT. Por último, discuto as questões referentes à formação sindical cutista no contexto dessas transformações.

1 O novo padrão de acumulação e as decorrentes mudanças no mundo do trabalho

A crise do regime fordista-keynesiano e a conseqüente emergência de um novo padrão de produção capitalista, denominado por Harvey (1993) de *acumulação flexível de capital*, vêm se expressando através de profundas modificações no mundo do trabalho. Ao abordar tal questão, afirmando que

* Este texto é uma versão ligeiramente modificada do trabalho apresentado na 20ª. Reunião Anual da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) - 1997 - no G.T. Trabalho e Educação.

** Professor do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina e doutorando no Programa de História e Filosofia da Educação da PUC-SP.

verifica-se uma múltipla e contraditória processualidade no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, Antunes (1995) elenca e analisa, com profusão de dados empíricos, cinco itens que caracterizam esta processualidade: 1. um processo de desproletarização do trabalho fabril; 2. uma tendência de subproletarização do trabalho, “presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à ‘economia informal’, entre tantas modalidades existentes” (idem, *ibidem*); 3. um enorme crescimento do contingente de mulheres, para além, inclusive, dos setores onde tradicionalmente a força de trabalho feminina sempre foi expressiva, o que propicia um aumento da exploração da força de trabalho, notadamente a feminina, tendo em vista que são geralmente empregadas em ocupações precárias e/ou de tempo parcial e em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital; 4. um intenso processo de assalariamento dos setores médios, decorrente da expansão do setor de serviços; e 5. uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, “que de um lado impulsiona para uma maior **qualificação** do trabalho e, de outro, para uma maior **desqualificação**”¹ (idem : 47, grifado pelo autor).

Para completar esse quadro, Harvey (1993) sublinha que o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação e vem se estruturando com base em dois grandes grupos de trabalhadores, os do **centro** e os da **periferia**. O centro se compõe de empregados em tempo integral, gozando de maior segurança e outras vantagens e “deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel” (idem : 144). A periferia abrange dois subgrupos. O primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho”; e o segundo “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinandos com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico” (idem, *ibidem*). Entretanto, assevera que a “atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (idem, *ibidem*).

¹ Esta é uma questão polêmica e ainda não resolvida. Paiva (1991), p. ex., ao fazer uma revisão da bibliografia internacional acerca do tema produção e qualificação para o trabalho detecta 4 teses a respeito da qualificação, a saber, tese da desqualificação, tese da requalificação, tese da polarização das qualificações e, por último, tese da qualificação absoluta e da desqualificação relativa (cf. idem : 24). Todavia, creio que uma das melhores análises a respeito de tal tema é desenvolvida por Machado (1996).

Cabe, ainda, lembrar mais um aspecto importante concernente às mudanças que ocorrem no mundo do trabalho: o incremento sistemático do desemprego, que vem sendo chamado por muitos de desemprego estrutural² e, por outros, de desemprego tecnológico. Creio que seja possível afirmar que, a respeito desta matéria, haja um consenso entre os estudiosos dos mais diferentes matizes teóricos e político-ideológicos. Mesmo os entusiastas e defensores do novo padrão de produção capitalista são obrigados a reconhecer que se trata de uma tendência praticamente inexorável. Além de Harvey (op. cit. : 141), Mattoso (1995) apresenta uma tabela da taxa de desemprego, demonstrando sua evolução. Nos países da OCDE, esta taxa era de 3,2% em 1973, chegando a 6,4% em 1989, enquanto que nos países da comunidade econômica europeia (CEE), passou de 2,4% para 9,0% no mesmo período (cf. idem : 83). Na primeira metade dos anos 90, em alguns países da Europa, como é o caso da Espanha, a taxa de desemprego chegou a níveis alarmantes, ultrapassando a casa dos 20%. Uma longa reportagem da revista *Veja* (19/10/94) traz em seu título *A revolução que liquidou o emprego*, enquanto Joffily (1993) alerta que as “novas tecnologias” e as “novas formas de organização do trabalho” podem ser chamadas de *job killers* – assassinas de emprego.

Contudo, é preciso ressaltar que as características acima descritas nada mais são do que a expressão, no que diz respeito ao mundo do trabalho, do padrão de produção capitalista que começa a tomar feição por volta do início nos anos 70, a chamada acumulação flexível de capital. Tal padrão representa não só a superação do modelo keynesiano-fordista, mas principalmente, a resposta histórica construída pelo capital à crise de superacumulação³ que precede o processo recessivo de 1973. Neste sentido, este novo padrão, em que pese suas substanciais diferenças, busca alcançar os mesmos objetivos que os precedentes, qual seja, a superação da crise e a decorrente continuidade da

² Penso, entretanto, que tal definição - desemprego estrutural - seja no mínimo problemática, na medida em que o desemprego, numa taxa maior ou menor, conforme a conjuntura e o país, sempre foi um componente estrutural do capitalismo, mesmo durante a era keynesiana, formando o que se convencionou chamar de *exército industrial de reserva* (embora tal denominação não seja muito adequada), com vistas a manter o preço da força de trabalho sob constante pressão para baixo, garantindo, assim, níveis razoáveis de acumulação de capital. É verdade que o desemprego na atualidade tem características diferenciadoras em relação àqueles dos períodos anteriores, mas o “conceito” de desemprego *estrutural* não me parece muito adequado para explicar tais diferenças.

³ A maioria dos autores consideram-na como *crise do petróleo*, em decorrência do aumento dos preços deste insumo. Em minha avaliação, embora tenha características particulares que a distinguem de outras, trata-se essencialmente de uma crise típica de *superprodução de capital*, sendo o *choque do petróleo* apenas uma de suas manifestações aparentes. A respeito desta questão veja a análise, fundada em abundância de dados empíricos, desenvolvida por Mandel, 1990.

acumulação capitalista, sob um novo patamar, sobretudo através da **intensificação da exploração sobre a força de trabalho**.

Com relação aos períodos anteriores, é esta mesma tese, em linhas gerais, que está contida nas análises feitas por Marx, especialmente nos capítulos XI a XIII d' *O Capital* (1983), que abrangem desde a cooperação até a maquinaria e grande indústria passando pela manufatura, e por Braverman na sua obra *Trabalho e Capital Monopolista* (1983) que investiga o período taylorista-fordista. Nestes reconhecidos textos clássicos, os autores fazem uma análise primorosa acerca do desenvolvimento capitalista, em suas diversas fases, dissecando as formas através das quais o capital foi se constituindo historicamente e, no seu movimento contraditório, sintetizado pela contradição de classe que é sua contradição fundamental, foi engendrando formas de intensificar a exploração sobre a força de trabalho. No seu processo de desenvolvimento, o capital tem de lidar com um conjunto de contradições geradas pela articulação de, entre outros, dois elementos básicos: a concorrência intercapitalista e a luta antagônica com a classe trabalhadora.

Por causa da concorrência, que é um elemento inerente a esse modo de produção, os capitalistas — sejam eles individuais ou grandes conglomerados globais — são constrangidos a fazer investimentos proporcionalmente maiores em capital constante em relação ao capital variável, o que diminui o valor unitário das mercadorias produzidas, proporcionando aos capitalistas que primeiramente assim o procederem uma condição favorável, mesmo que momentaneamente, na concorrência do mercado e, ao mesmo tempo, permitindo-lhes auferir, durante um certo tempo, um lucro extra. Estas condições favoráveis são anuladas tão logo outros capitalistas implementam as mesmas — e até outras — inovações, o que gera uma diminuição generalizada do valor unitário das mercadorias e, portanto, de seu valor social (valor), neutralizando aquelas vantagens obtidas pelos primeiros. Todavia, o processo se reinicia de forma constante e ininterrupta, o que acaba por gerar uma contradição inerente à acumulação capitalista, qual seja, uma tendência à queda da taxa de lucro, mesmo que a massa de lucro possa até aumentar. Tal fenômeno pode ser melhor apreendido através do que se segue: 1. como a taxa de lucro é resultante da relação entre a mais-valia e a soma do capital constante e variável; 2. como a mais-valia e, por decorrência, o lucro só podem ser produzidos pela força de trabalho, ou seja, pelo capital variável e nunca pelo capital constante; e 3. como há um investimento cada vez maior em capital constante em relação ao capital variável, ou seja, um aumento da composição orgânica do capital; resulta daqui uma queda tendencial da taxa de lucro que, evidentemente, não ocorre de maneira uniforme, e que se constitui como um dos elementos centrais

das crises capitalistas. Dessa forma, é possível perceber que, se de um lado o aumento da composição orgânica do capital encaminha soluções para os capitalistas no que diz respeito à concorrência intercapitalista, de outro, causa problemas no processo de acumulação do capital, na medida em que provoca uma tendência de queda da taxa de lucro, cujo desdobramento mais grave é a eclosão das crises cíclicas de superprodução de capital ⁴.

Por sua vez, é no processo recessivo, que geralmente se segue às crises, que o capital engendra a solução, mesmo que precária e temporária, para a contradição descrita acima, basicamente através da destruição parcial do capital acumulado, vale dizer, tanto capital constante, como variável. Destruição de capital constante significa aumento da capacidade ociosa das empresas, eliminação de mercadorias, falência de algumas empresas e absorção destas por outras, etc., e destruição de capital variável implica o rebaixamento de salários, aumento da taxa de desemprego e do exército industrial de reserva, fome, miséria, etc., o que propicia uma intensificação da exploração da força de trabalho — que é o principal segredo da retomada do crescimento e da continuidade da acumulação capitalista —, aguçando, assim, a luta antagônica entre as classes sociais fundamentais. A crise de 1972/73, e sua conseqüente recessão, podem ser consideradas como um dos exemplos mais importantes no período recente, pois representam não só a solução e, por conseguinte, a continuidade do processo de acumulação em seu movimento cíclico, como também demarcam a crise do modelo fordista-keynesiano — o que não significa, em absoluto, a sua eliminação — e, por esta razão, a necessidade de o capital gestar e construir um novo padrão de acumulação.

Os novos processos de trabalho que aí começam a se desenvolver, tão em voga na atualidade e cuja expressão mais conhecida é o chamado *modelo japonês*, nada mais são do que a forma histórica encontrada pelo capital para implementar o processo de intensificação da exploração, o que exige uma constante reposição/recriação/readequação da luta contra a classe trabalhadora, vale dizer, da estratégia burguesa com vistas à hegemonia do capital. Por isso, embora se justifiquem por motivos técnico-econômicos, sua implementação obedece muito mais uma lógica **político-econômica**. Neste sentido, as empresas capitalistas têm procurado implantar os mais variados processos de trabalho — inovações tecnológicas articuladas com novas formas de organização e gestão da produção —, inclusive misturando características dos diversos *modelos*, com

⁴ A respeito dessas intrincadas questões, Marx tece uma minuciosa discussão em vários capítulos d' *O Capital* (1983). Meu objetivo não é o de fazer uma análise aprofundada delas, mas, tão somente, trazê-las à tona de forma resumida.

vistas à intensificar a exploração sobre a força de trabalho e, ao mesmo tempo, lograr uma vitória política sobre os trabalhadores, na medida em que conseguem conquistar suas mentes e corações, concomitantemente à neutralização e possível destruição de qualquer forma de organização dos trabalhadores, principalmente aquelas de cunho mais combativo. Isso explica porque não tem sido possível encontrar um padrão de produção único ou mesmo uniforme nos vários países capitalistas, nem entre as próprias empresas e nem mesmo no interior delas. Na verdade, as empresas capitalistas vêm buscando a combinação mais adequada de *modelos* produtivos, de acordo com as características de conjuntura – situação do país ou região onde estão instaladas, perfil da força de trabalho, histórico das lutas e formas de organização dos trabalhadores, etc. – com o propósito de atingir os objetivos supra expostos.

Portanto, nesta chamada *era da globalização*, os diversos processos de trabalho são sempre particulares a determinados países ou regiões, empresas e até seções ou ilhas dentro de empresas e, neste plano, balizado analiticamente pela categoria de *trabalho concreto*, não é possível encontrar uma identidade entre eles. Tal identidade só pode ser desvendada no plano da universalidade, ou seja, quando se considera que os processos de trabalho estão subordinados ao processo de valorização do capital, ou seja, ao processo de produção capitalista, tendo como base as categorias analíticas de *trabalho abstrato* e *trabalho produtivo de mais-valia*. Dessa maneira, se torna compreensível a razão pela qual os capitalistas lançam mão dos mais diversos processos de trabalho, qual seja, encontrar as formas históricas mais adequadas para intensificar a exploração sobre a classe trabalhadora. Esta é a *unidade na diversidade* dos processos de trabalho. Levando em conta as profundas diferenças e especificidades que guardam entre si, este é o elemento central na constituição histórica das diversas fases do capitalismo, bem como de seus variados padrões de acumulação, desde os seus primórdios, na cooperação, até o keynesiano-fordista e o padrão que daí vem se originando. Não é por outro motivo que o subtítulo da obra de Braverman (1987), que na verdade explicita sua tese central, seja *a degradação do trabalho no século XX*⁵. Neste sentido, as análises do padrão de acumulação de capital que vem se conformando no período recente, balizadas por um referencial teórico-metodológico marxista, vêm explicitando a *degradação do trabalho no final do séc. XX*.

⁵ A esse respeito, vide o sugestivo artigo de Meiksins (1996).

2 O impacto das mudanças no sindicalismo no mundo

Pelas razões expostas até agora, era de se esperar que as mudanças oriundas da conformação do novo padrão de acumulação flexível de capital, tenham impactado profundamente o movimento sindical. Antunes (op. cit.) busca analisar as repercussões daquelas metamorfoses junto ao movimento dos trabalhadores, seja no universo da materialidade bem como no da subjetividade, e a crise dos sindicatos que daí advém. De posse de inúmeros dados, o autor identifica nos itens seguintes os contornos e dimensões desta crise: 1. uma nítida tendência de diminuição das taxas de sindicalização, especialmente na década de 80; 2. um abismo que se amplia entre os trabalhadores “estáveis”, de um lado, e os trabalhadores vinculados ao trabalho precarizado, de outro, o que enfraquece o poder sindical e questiona o sindicalismo vertical; 3. avanços na organização sindical dos assalariados médios; 4. intensificação da tendência **neocorporativa**, que procura preservar os interesses do operariado estável, vinculado ao sindicato, contra os segmentos que compreendem o trabalho precarizado; 5. fragmentação e heterogeneização dos trabalhadores afetando as ações grevistas, que diminuíram significativamente; e 6. em razão dos itens anteriores, obstaculizam-se as possibilidades de desenvolvimento e consolidação da uma **consciência de classe** dos trabalhadores (cf. p. 59 ss.).

Segundo o mesmo autor, esta crise sindical se defronta com uma contextualidade que tem, em síntese, as seguintes tendências: 1. uma crescente individualização das relações de trabalho, cujo desdobramento mais nefasto é o sindicalismo de empresa, o “sindicato-casa”; 2. um processo de desregulamentação e flexibilização ao limite do mercado de trabalho, atingindo duramente conquistas históricas do movimento sindical; 3. a opção pelo **sindicalismo de participação**, que agora contabiliza prejuízos de brutal envergadura, dos quais o mais evidente é o desemprego estrutural que ameaça implodir os próprios sindicatos; 4. uma crescente burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos, optando por uma alternativa de atuação cada vez mais integrada à institucionalidade, ganhando com isso, “legitimidade” e estatuto de moderação, pelo distanciamento cada vez maior de ações anticapitalistas e a conseqüente perda de radicalidade social; e 5. o capital amplia enormemente – por métodos mais ideológicos e manipulatórios do que diretamente repressivos – sua ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, especialmente aqueles que ensaiam práticas dotadas de dimensão anticapitalista (cf. p. 65 ss.).

Contudo, é preciso ressaltar que, como o objetivo central do novo padrão de produção capitalista é a intensificação da exploração sobre a força de trabalho, tendo em vista a resolução, mesmo que precária e momentânea, dos

problemas causados pelo conjunto de contradições que são inerentes ao processo de acumulação, há uma redução gradativa e tendencial das possibilidades de reformas mais ou menos profundas no interior do capitalismo, inclusive nos países centrais, onde aliás, em muitos deles, estas serviram de base para a implantação do *welfare state*, e também foram a razão do surgimento e consolidação do sindicalismo socialdemocrático. Para além do desemprego, que assola também os países centrais, convertendo-se num dos problemas mais graves da atualidade, conforme já visto anteriormente, e do conjunto de perdas sofridas pelos trabalhadores, talvez o exemplo mais cabal seja a generalização mundial da extração da mais-valia absoluta, inclusive para os países centrais. Desde o período da *subsunção real* do trabalho ao capital e do advento do imperialismo, que propiciou uma determinada divisão internacional do trabalho, a extração preponderante de mais-valia absoluta foi se circunscrevendo à periferia do sistema, de tal maneira a permitir, nos países centrais, a preponderância da extração de mais-valia relativa. Tal quadro se altera com o novo padrão de acumulação, que tem como uma de suas características mais marcantes a *globalização* da extração de mais-valia absoluta, o que implica a *globalização da superexploração da força de trabalho*⁶.

O desdobramento disso é perceptível na diminuição acentuada do campo de atuação dos sindicatos, principalmente no que tange às atividades sindicais que lhes são próprias e específicas, tais como, as mobilizações e ações grevistas, a luta por melhores salários e melhores condições de trabalho e pelo incremento dos postos de trabalho para absorção dos novos membros da PEA, a luta pela diminuição da jornada de trabalho e do tempo de vida ocupado com o trabalho, melhoria nas condições de trabalho e de vida — saúde, educação, previdência, lazer, etc., o que significa que este novo padrão se torna cada vez mais incompatível com o sindicalismo combativo e tem dificuldades de convivência até com o sindicalismo de corte socialdemocrata. A destruição ou pelo menos a neutralização de formas organizativas dos trabalhadores, particularmente aquelas de cunho combativo, têm sido uma das condições necessárias e primeiras dos diversos processos de trabalho que vêm sendo implementados na atualidade⁷, cujo desdobramento é sua substituição por alternativas sob total controle dos empresários, como é o caso do *sindicato-casa* no Japão, ou por sindicatos que *vestem a camisa* do atual projeto do capital.

⁶ Este é um dos temas mais importantes na análise desenvolvida por Harvey (op. cit.). Vide por exemplo p. 174 ss.

⁷ A respeito disso, vide, p. ex., Leite (1995), Coriat (1994), entre outros.

3 A Central Única dos Trabalhadores diante do novo padrão de produção capitalista

Quando se faz uma retrospectiva do movimento sindical brasileiro, desde o seu ressurgimento quando ainda vigorava o tacão da ditadura militar, na segunda metade da década de 70 e durante os anos 80, e o comparamos com o movimento sindical da imensa maioria dos outros países, principalmente com aqueles dos países do Primeiro Mundo, o que mais chama a atenção, sem dúvida, é a tendência oposta entre os dois, ou seja, enquanto na maioria dos países centrais o movimento sindical amargava, com algumas exceções, um processo de descenso, no Brasil, ao contrário, houve um intenso processo de crescimento. Isto não significa afirmar, entretanto, que sua trajetória só tenha sido ascendente. Antunes (1995 a) identifica, por exemplo, o período 1980/82 como de refluxo. Apesar disso, entre avanços e recuos, vitórias e derrotas, é possível afirmar — e esta é a opinião praticamente unânime entre os estudiosos do tema — que o saldo é o de um substantivo crescimento.

Entretanto, se se reconhece que, na época considerada, houve um significativo ascenso do movimento sindical brasileiro, particularmente aquele do “campo cutista”, numa situação oposta àquela que ocorria nos países centrais do capitalismo, no período próximo à virada da década de 80 para a de 90, este quadro começa a se alterar substancialmente, ou seja, a crise vivida pelo sindicalismo dos países centrais começa a se fazer sentir no sindicalismo cutista, de tal forma que é possível afirmar que, no desenrolar da primeira metade dos anos 90 entra em “sintonia” com o sindicalismo dos países do Primeiro Mundo. Tal fenômeno vem sendo constatado pelos estudiosos que têm se debruçado sobre esta questão. Além de Antunes (op. cit. : 52), Ramalho (1994), na conclusão de seu artigo, ao se referir sobre a CUT, afirma que “já é possível detectar uma mudança na estratégia sindical desta central” (idem: 169). Por sua vez, Rodrigues (1993) assinala que se inicia, “paulatinamente, um novo padrão de ação sindical do sindicalismo-CUT: ao invés de uma ação mais conflitiva, observa-se uma tentativa de busca de diálogo, de negociação, a todo custo” (idem: 240). Também Martins (1994) identifica, no movimento sindical cutista, a presença de uma “nova concepção” (idem: 14), uma tendência de passagem de um sindicalismo de confrontação para um sindicalismo de negociação, de concertação.

Dessa forma, pautando-se na análise dos estudiosos, pode-se vislumbrar três fases na trajetória do sindicalismo cutista. Primeiramente, aquela que vai de 1978/83 até aproximadamente 1988 que se caracteriza por uma ação sindical combativa e de confronto. A segunda, cujo período aproximado é de 1988 a

1991, que pode ser classificada como a fase de transição e, por último, a mais recente, caracterizada por um sindicalismo propositivo e negociador⁸. Trata-se, portanto, de uma mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da “cidadania”⁹.

Se, no entanto, esse processo de mudança da CUT é fatorialmente perceptível e unanimemente constatado pelos estudiosos, as explicações para este fenômeno ainda são deveras incipientes e limitadas. E é compreensível que assim seja, pois trata-se de um fenômeno bastante recente. De qualquer maneira, é possível extrair das análises dos autores que vêm pesquisando esta problemática vários elementos explicativos acerca de tal processo.

Primeiramente, as profundas transformações político-econômicas que vêm ocorrendo neste final de século, expressas, principalmente, pela conformação da nova ordem mundial da acumulação flexível de capital e o decorrente processo de reestruturação produtiva, com a gradual inserção da economia brasileira, cujos desdobramentos para o movimento sindical já foram discutidos anteriormente; e pela derrocada dos países socialistas liderados pela ex-URSS, tendo como símbolo a queda do muro de Berlim. Soma-se a isso tanto o fracasso da experiência revolucionária Sandinista, que serviu, durante algum tempo, como modelo ou referência para diversos movimentos sociais do *campo da esquerda*, inclusive no Brasil, como principalmente as duas derrotas eleitorais de Luis Inácio Lula da Silva para a presidência da República, notadamente aquela de 1989.

No entanto, alerta Costa, “ao se aprofundar a análise sobre a história e a propalada ‘crise’ na CUT, percebe-se que ocorreram significativas alterações no cenário político-econômico internacional e nacional, que **por si só são insuficientes para explicar a atual situação** e o imobilismo existente na CUT” (Costa, 1995:146, grifado por mim). Por isso, para além desse *pano de fundo*, é preciso agregar um conjunto de elementos internos, que dizem

⁸ É preciso sublinhar que se trata de um caráter propositivo dentro da ordem, e não propositivo no sentido de uma estratégia que tenha em seu horizonte a superação da ordem.

⁹ Esse processo de mudança, contudo, não vem ocorrendo de forma tranqüila; ao contrário, houve e tem havido no interior da CUT uma relação bastante conflituosa entre as diversas correntes político-ideológicas que a compõem, que, em alguns momentos, tende a se acirrar, principalmente por ocasião da realização dos congressos e/ou encontros da Central, ou ainda quando da deflagração de alguma ação grevista de maior fôlego, como foi o caso da greve dos petroleiros no primeiro semestre de 1995.

respeito à própria trajetória da CUT, dentre os quais, pode-se destacar: 1. perda gradativa da perspectiva anticapitalista/socialista; 2. processo de burocratização, que tem resultado num sacrifício da democracia interna; 3. permanência dos aspectos fundamentais da estrutura sindical oficial, em que pese as tentativas de sua superação¹⁰; 4. política de relações internacionais que se manifesta pela filiação à CIOSL, viagens, contatos e cursos junto às Centrais sindicais de linhagem socialdemocrata, que têm financiado várias atividades da CUT, inclusive as de formação sindical; 5. disputa com outras Centrais Sindicais brasileiras, principalmente a Força Sindical; e 6. determinada política interna que se expressa pela participação no entendimento nacional, nas câmaras setoriais, etc.

Contudo, é preciso sublinhar que se os elementos elencados anteriormente buscam explicar, mesmo que ainda precariamente, a profunda mudança na trajetória da CUT, eles só podem ser pensados articuladamente. Por outro lado, é possível afirmar que as condições objetivas se constituíram como elemento determinante no referido processo ou, em outras palavras, que a atual estratégia da CUT tem sido a resposta política construída pela Central para a realidade presente. Partindo do pressuposto da vitória do capital no plano mundial, manifestada pela consolidação do novo padrão de acumulação, e tendo em vista o fracasso das experiências de construção do socialismo, a estratégia tem sido a de conviver com o capitalismo, oferecendo alternativas por dentro dele, baseada na crença de que é possível reformá-lo estruturalmente e, dessa forma, arrancar, através da negociação, benefícios para os trabalhadores¹¹. Isso explica a “CUT do sim” dos anos 90 como superação da “CUT do não” dos anos 80. Entretanto, não quer dizer, em absoluto, que existia ou existe somente tal alternativa, mas esta tem sido a que efetivamente logrou ser vitoriosa e se consolidou.

4 A formação sindical da CUT

A questão da educação dos trabalhadores, ou mais especificamente da educação ou formação sindical¹², sempre esteve presente, em maior ou menor

¹⁰ Não deixa de merecer registro a análise desenvolvida por Boito Jr. (1991, e 1991_b) segundo a qual a estrutura sindical, mesmo reformada por ocasião da Constituição de 1988, continua presente, inclusive no sindicalismo cutista, e “desempenha o papel de limitar e moderar a luta sindical dos trabalhadores” (Boito Jr, 1991_b, : 50).

¹¹ Por esta razão uma das propostas mais difundidas na CUT pode ser sintetizada no lema *crescimento com distribuição de renda*.

¹² Nos meios sindicais cutistas, normalmente é chamada de formação sindical.

medida, na história do movimento sindical brasileiro, desde suas origens, quando contava com a direção dos anarco-sindicalistas, passando pelo período sob o comando dos comunistas, até desembocar nas experiências recentes¹³.

Desde sua criação, em 1983, a CUT - Central Única dos Trabalhadores - manifestou uma preocupação permanente com a formação sindical¹⁴, expressa já em seu Estatuto de Fundação, e em seu 1o. Congresso Nacional (CONCUT) criou a Secretaria Nacional de Formação (SNF) com a atribuição de organizar e desenvolver todas as atividades necessárias concernentes à formação sindical.

A partir daí, apesar de toda sorte de dificuldades, realizaram-se diversas atividades (encontros, seminários, etc.) que, aos poucos, foram criando as condições para a elaboração de uma Política Nacional de Formação. Em 1987, a SNF elaborou o seu primeiro Plano de Trabalho Anual, onde traçou alguns elementos fundamentais para a estruturação da Política Nacional de Formação (PNF): metas, identidade da PNF, princípios, prioridades e programas, e organização e gestão da SNF¹⁵.

Por sua vez, nos Encontros Nacionais de Formação (ENAFOR) foi sendo construída uma "grade" de atividades e programas de tal forma que em 1994 chegou-se a um Plano de Trabalho composto por dez programas¹⁶. Contudo, a partir de 1995, as instâncias deliberativas da formação cutista decidiram e começaram a implementar uma "nova estratégia organizativa" para a área de formação sindical, centrada não mais em programas, como vinha sendo feito até então, e sim em núcleos temáticos que são, fundamentalmente, "espaços de estudo, elaboração, aprofundamento, sistematização e avaliação do conhecimento, contribuindo também no processo de execução de atividades formativas." (Plano de Formação da Rede Regional Sul, 1995 : 20).

O CONAFOR (Coletivo Nacional de Formação), realizado em março de 1995, definiu os seguintes núcleos temáticos: a) Gestão Sindical; b) Educação do Trabalhador; c) Organização Sindical Cutista/Organização no Local de Trabalho; d) Sistema Democrático de Relações de Trabalho/Negociação Coletiva; e) Transformações no Mundo do Trabalho; f) Relações de Gênero; g) Sindicato, Sociedade e Estado; h) Integração Econômica Mundial/Regional (Mercosul).

Por outro lado, embora não seja possível dentro dos limites deste texto descer aos detalhes, a análise do processo de evolução da formação sindical

¹³ Não cabe, neste texto, uma descrição pormenorizada da educação sindical na história do movimento sindical brasileiro. Para isto, vide, entre outros, Manfredi (1986, 1994 e 1994a).

¹⁴ A respeito do histórico da formação sindical cutista, vide Nascimento (1994).

¹⁵ Para maiores informações a respeito desses itens, vide CUT/SNF - *Forma & Conteúdo* n. 6.

¹⁶ Com relação à evolução da "grade" de atividades, bem como do conteúdo de cada um desses programas, vide CUT/SNF - *Forma & Conteúdo* n. 6.

cutista¹⁷, notadamente através dos documentos da própria Central, desvela, pelo menos nos seus aspectos mais importantes, o caminho historicamente construído. Buscarei, aqui, relatar suas principais características.

Primeiramente, pode-se observar que, desde 1987, quando começa a se estruturar a Política Nacional de Formação e se apresentam os eixos prioritários sobre os quais se elaboram os esboços dos programas de cursos e outras atividades, a formação sindical da CUT vai adquirindo, gradativamente, um caráter cada vez mais de *formação instrumental-conjuntural*, que busca preparar os quadros militantes para atender às demandas da conjuntura e do cotidiano sindical ou ainda tratando de questões específicas¹⁸, vale dizer, uma formação que lida com os aspectos conjunturais, do que de uma *formação de base* que propiciasse uma apreensão da realidade social em sua dinamicidade contraditória, tendo como eixo central a luta antagônica entre as classes sociais fundamentais, ou seja, uma formação que trata dos elementos estruturais em seu movimento de múltiplas contradições. Embora se constate, no período inicial, uma preocupação no sentido de que todos os programas de formação fossem balizados por esta *formação de base*, tal expectativa foi, aos poucos, se desvanecendo. Talvez o exemplo mais sintomático disto seja o curso de *economia política básica* que, apesar de ter sido programado em 1987/88, nunca foi realizado, e seus conteúdos, bastante minimizados, foram transferidos para o curso de CEPS (*Concepção, estrutura e prática sindical da CUT*), que, sem dúvida, pode ser considerado a *porta de entrada* de toda a grade e se converteu no programa mais consolidado e, por esta razão, um dos mais – senão o mais – importantes do conjunto deles. Entretanto, a observação da evolução deste último programa demonstra que aqueles conteúdos não foram efetivamente nele incorporados e o programa de CEPS, em que pese sua importância, foi, paulatinamente e a exemplo dos outros, tomando a feição próxima de uma *concepção instrumental-conjuntural*.

Tendo em vista a perspectiva classista e anticapitalista da Central e, ao mesmo tempo, a necessidade premente de oferecer a seus militantes, de diversos níveis, uma *formação instrumental*, propôs-se, naquela fase inicial, que esta deveria estar umbelicalmente articulada e fundamentada numa *formação*

¹⁷ Informações mais detalhadas podem ser encontradas na enorme quantidade de documentos específicos da formação e em alguns cadernos e revistas, e que estão, de certa maneira, resumidos na revista *forma & conteúdo* n. 6 (CUT/SNF, 1994). Nesta revista há um quadro que apresenta o panorama evolutivo da formação sindical de 1987 a 1994.

¹⁸ É o caso de quase todos os programas. Dentre eles, p. ex., *Planejamento e administração sindical cutista; Questão da mulher trabalhadora; Formação para trabalhadores rurais; Negociação e contratação coletiva*, etc.

teórico-básica. Contudo, isto não ocorreu. Ao contrário, a formação sindical da CUT foi se independentizando de uma *formação de base* e, dessa forma, adquirindo um caráter crescentemente *instrumental-conjuntural*.

A mudança mais significativa, todavia, começa a tomar corpo a partir de 1995 quando a CUT resolveu, juntamente com a formação sindical, desenvolver também atividades de formação profissional. Embora vários sindicatos filiados à CUT fizessem um trabalho de formação profissional, fruto da herança da estrutura assistencialista do sindicalismo oficial e, por isso, questionada e rejeitada no interior da Central, esta deliberou não desenvolver, ela própria, atividades deste gênero e, ao mesmo tempo, sempre discutiu tal questão com vistas a elaborar propostas de formação profissional e uma política de intervenção junto às instituições que a realizam. Tal quadro se altera quando a 7ª. Plenária Nacional decidiu "implementar a política de formação profissional da CUT na estrutura da Central (escolas de formação, estrutura vertical, etc.)" (CUT, 1995:27).

O relato apresentado até agora, principalmente acerca das mudanças advindas do novo padrão de acumulação de capital e suas implicações para o movimento sindical e para a formação sindical que se desenvolve no âmbito da CUT, é a base para o levantamento de uma série de questões. E aqui tomo a liberdade de emprestar as perguntas que Antunes (op. cit.) faz no final de um de seus artigos:

qual caminho o novo sindicalismo brasileiro, nascido no final dos anos 70, vai adotar: irá negociar dentro da Ordem ou contra a Ordem? Procurará elaborar um programa de emergência para simplesmente gerir a crise do capital ou tentará avançar na elaboração de um programa econômico alternativo, formulado sob a ótica dos trabalhadores, capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas tendo como horizonte uma organização societária fundada nos valores socialistas e efetivamente emancipadores? (Antunes, 1995 : 154, grifado pelo autor).

A essas questões de Antunes, acrescento algumas relativas à formação sindical da CUT. Seria possível afirmar que a evolução da formação sindical em direção a uma concepção mais instrumental e à formação profissional seria fruto da profunda mudança da estratégia política da CUT e, neste sentido, estaria em sintonia com tal direção estratégica? Como a formação sindical

cutista tem respondido e vai responder às necessidades do novo padrão de acumulação de intensificar a exploração sobre a classe trabalhadora e, por isso, de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações combativas? Qual deve ser o seu papel diante deste ataque e de tal conjuntura?

Tais questões demarcam os desafios colocados, na atualidade, à CUT e, em particular, à sua formação sindical, e as respostas a elas vão delinear a estratégia a ser construída para os próximos períodos.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. (1992) *A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. 2.ed. São Paulo: Cortez/Ensaio.
- _____. (1995) *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez/UNICAMP.
- _____. (1995) *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes.
- A revolução que liquidou o emprego. *Veja*. 19/10/94, p. 88-95.
- BOITO JR, Armando (org.). (1991) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra.
- BOITO JR, Armando. (1991) *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo: UNICAMP/HUCITEC.
- _____. (1991) Reforma e persistência da estrutura sindical. In: _____ (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (1996) Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, vol.1 n. 3/ 80-105
- BRAVERMAN, Harry. (1987) *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- BRESCIANI, Luis P. (1991) *Tecnologia, organização do trabalho e ação sindical: da resistência à contratação*. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado.
- CARVALHO, Ruy de Quadros. (1993) *Programmable Automation and Employment Practices in Brazilian Industry*. University of Sussex. Tese de Doutorado.
- _____. (1994) Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: FERRETTI, Celso J. et alii (org.) *Novas tecnologias, trabalho e*

- educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES / SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO (1994) *Forma & Conteúdo*, n. 6.
- _____. (1995) *Plano de Formação da Rede Regional Sul*.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. (1995) *InformaCUT - Resoluções 7ª. Plenária Nacional Zumbi dos Palmares*. N. 257, Setembro.
- CORLAT, Benjamin. (1988) Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção. In.: SCHMITZ, Hubert; CARVALHO, Ruy de Q. *Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional*. São Paulo: HUCITEC.
- _____. (1993) Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto. In.: HIRATA, Helena (org.) *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo: EDUSP.
- _____. (1994) *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- COSTA, Silvio. (1995) *Tendências e centrais sindicais: o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994*. Goiânia/São Paulo: Anita Garibaldi.
- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT. (1994) *Indicadores DESEP 94*.
- _____. (1994) *Anuário dos Trabalhadores*.
- EHRKE, Michael. (1994) *Relações de Trabalho no Japão*. São Paulo: IDELFES, n. 5.
- FLEURY, Afonso. (1993). Novas tecnologias, capacitação tecnológica e processo de trabalho: comparações entre o modelo japonês e o brasileiro. In.: HIRATA, Helena. (org.) *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo: EDUSP.
- FLEURY, Afonso; HUMPHREY, John (coord.). (1993) *Recursos humanos e a difusão e adaptação de novos métodos para a qualidade no Brasil*. Brasília: IPEA, n. 326.
- FREEMAN, Richard B. (1986) Pueden sobrevivir los sindicatos en la sociedad postindustrial? SIMPOSIO INTERNACIONAL SOBRE LAS PERSPECTIVAS FUTURAS DEL SINDICALISMO. (mimeo)
- GIANNOTTI, Vito. (1988) *Reconstruindo nossa história: 100 anos de luta operária no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

- _____. (1993) *Collor, a CUT e a pizza*. São Paulo: Página Aberta/Escrita.
- GIANNOTTI, Vito & LOPES NETO, Sebastião. (1991) *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1991a) *CUT ontem e hoje*. São Paulo: Vozes.
- GOUNET, Thomas. (1992) O toyotismo e as novas técnicas de exploração na empresa capitalista. *Debate Sindical*. n. 10/21-25.
- HARVEY, David. (1993) *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. (1991). Força e fragilidade do modelo japonês. *Estudos Avançados*, 12(5)/173-185.
- HIRATA, Helena (org.). (1993) *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo: EDUSP.
- HIRATA, Helena. (1994) Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In.: FERRETTI, Celso J. et alii (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes.
- HUMPHREY, John. (1993) Adaptando o "modelo japonês" ao Brasil. In.: HIRATA, Helena (org.). *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo: EDUSP.
- _____. (1993) *New issues in the sociology of work*. 1st LATIN AMERICAN CONGRESS ON THE SOCIOLOGY OF WORK, México: UNAM (mimeo).
- JOFFILY, Bernardo. (1993) Uma revolução que desafia os sindicatos. *De fato*, ano 1, n.2/14-25.
- LARANGEIRA, Sonia M. G. (1994) Inovações tecnológicas e ação sindical: crise nos sindicatos? In.: DINIZ, Eli; LOPES, José Sergio Leite; PRANDI, Reginaldo (org.). *O Brasil no rastro da crise*. ANPOCS/IPEA, HUCITEC.
- LEITE, Marcia de Paula. (1994) Modernização tecnológica e relações de trabalho. In.: FERRETTI, Celso J. et alii (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1995) Modernización Tecnológica y calificación. In.: GITAHY, Leda (org.) *Reestructuración productiva, trabajo y educación en America Latina*. Campinas: IG/UNICAMP, Buenos Aires, RED CIID-CENEP.
- _____. (1993) Novas formas de gestão da mão-de-obra e sistemas participativos: uma tendência à democratização das relações de trabalho? *Educação & Sociedade*, n. 45/190-210.

- LOPES NETO, Sebastião; GIANNOTTI, Vito (org.). (1993) *Para onde vai a CUT?* São Paulo: SCRITTA.
- MACHADO, Lucília R. S. (1996) Qualificação do trabalho e relações sociais. In.: FIDALGO, Fernando S. (org.) *Gestão do trabalho e formação do trabalhador*. Belo Horizonte, Movimento de Cultura Marxista.
- MANDEL, Ernest. (1990) *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: UNICAMP/Ensaio.
- MANFREDI, Silvia M. (1986) *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Loyola.
- _____. (1994) Educação Sindical no Brasil: uma longa e conflituosa história. In.: CUT/SNF. *Forma & Conteúdo*, n. 6/3-7.
- _____. (1994) *Leitura e construção de uma história da educação sindical - Brasil 1945/1990*. Campinas, UNICAMP, Tese Livre Docência.
- MARTINS, Heloisa de Souza. (1994) Os dilemas do movimento sindical em face da terceirização. In.: _____; RAMALHO, José Ricardo (org.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: HUCITEC - CEDI/NETS.
- MARTINS, Heloisa de S.; RAMALHO, José R. (org.). (1994) *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: HUCITEC - CEDI/NETS.
- MARTINS RODRIGUES, Leôncio. (1990). *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (1991) As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In.: BOITO JR. Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. et alii. (1991) *Retrato da CUT*. São Paulo: CUT.
- MARX, Karl. (1983) *O Capital*. Vol. I, São Paulo: Abril Cultural.
- _____. (s.d.) Capítulo VI inédito de *O Capital*. São Paulo: Moraes.
- MATTOSO, Jorge. (1995) *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta/Página Aberta.
- MEIKSINS, Peter (1996). "Trabalho e capital monopolista para os anos 90: uma resenha crítica do debate sobre o processo de trabalho". *Crítica Marxista*, vol. 1 nº 3/106-117. São Paulo: Brasiliense.

- NASCIMENTO, Claudio. (1994) A "formação" da formação sindical da CUT. In.: CUT/SNF. *Forma & Conteúdo*, n. 6/8-25.
- NORONHA, Eduardo. (1991) A explosão das greves na década de 80. In.: BOITO Jr., Armando (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra.
- PAIVA, Vanilda. (1991) Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional. *Cadernos SENEZ 2*. São Paulo: Cortez.
- RAMALHO, José Ricardo. (1994) As diversas faces da negociação no meio sindical brasileiro. In.: MARTINS, Heloisa de Souza; _____ (org.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: HUCITEC - CEDI/NETS.
- RELATÓRIO ANUAL DA OCDE. (1992) Tendências da Sindicalização. Capítulo 4.
- RODRIGUES, Iram Jácome. (1991) As comissões de empresa e o movimento sindical. In.: BOITO JR., Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra
- _____. (1993) *Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado.
- RUBIN, Isaak Illich. (1987) *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis
- SADER, Eder. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra.
- SCHMITZ, Hubert. (1988) Automação microeletrônica e trabalho: a experiência internacional. In.: SCHMITZ, Hubert; CARVALHO, Ruy de Q. *Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional*. São Paulo: HUCITEC.
- 13 DE MAIO - NEP. (1988) *Trabalhadores, muitas lutas uma só classe. A história das centrais sindicais no Brasil*. São Paulo: Autor.
- TUMOLO, Paulo Sergio. (1996) Paradigmas de análise das transformações no mundo do trabalho: um duelo de titãs. In.: FIDALGO, Fernando S. (org.) *Gestão do trabalho e formação do trabalhador*. Belo Horizonte, Movimento de Cultura Marxista.
- Uma fábrica pós-moderna. *Gazeta Mercantil*, 24/05/95.

WOOD, Stephen. (1991) O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17/28-43.

ZARIFIAN, Philippe. (1993) Introdução. In.: HIRATA, Helena (org.). *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo: EDUSP.